



MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

EM

17 DE FEVEREIRO DE 2009

ACTA Nº 4

-----Aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de 2009, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Sr. Eng. Ricardo Pereira Alves e com a presença dos Senhores Vereadores, Sr. Dr. Avelino de Jesus da Silva Pedroso, Sr. Dr. António Gonçalves Cardoso, Sr. Dr. Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa, Sr. Dr. Fernando Manuel Carvalho Castanheira, Sr^a Eng^a Fernanda Adelaide dos Santos Silva e comigo, Odete Maria Paiva Fernandes, Assistente Técnica.-----

-----O Senhor Presidente informou o Executivo que o Senhor Vereador Dúlio Gouveia Ferreira Pimenta, não pôde estar presente por motivos de saúde.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas e trinta minutos.-----

**PERÍODO DE
INTERVENÇÃO DO
PÚBLICO**

-----Teve a palavra o senhor Engenheiro **Manuel Anjos Moreira**, de Chãs d'Égua, para expor uma situação relacionada com as obras de reconstrução de um muro de suporte ao estacionamento, na referida localidade, que foi feito em 2006.-----

-----Referiu que, aquando da derrocada desse muro, parte da sua propriedade, ficou soterrada com o entulho, blocos de cimento, etc. Que tinha lá algumas árvores de fruto que ficaram destruídas, bem como um sistema de rega semi-automático que ficou também destruído. Disse que quando as obras tiveram início, em Junho/Julho de 2006, interrogou um dos empreiteiros acerca do entulho, ao que ele lhe respondeu que só tinha que fazer o muro; por sua vez, o eng^o Rui Reis, ter-lhe-á dito que o empreiteiro tinha que





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

repor os muretes como estavam originalmente e retirar o entulho, porque era o que estava no caderno de encargos.-----

-----Mais disse que o trabalho feito era sem qualidade, pois o empreiteiro alterou a estrutura do muro e deixou o entulho espalhado pela propriedade. O Município telefonou para a Câmara e, no seguimento desse telefonema, o senhor eng^o Ricardo Dias visitou a obra e terá ficado combinado com o empreiteiro fazer o muro como deve ser e retirar o entulho. Não foi o aconteceu. O terreno ficou cheio de entulho, e o acesso pedonal a outras propriedades, bem como o acesso ao regadio para as mesmas propriedades, ficaram cortados. Diz que aquela parcela da sua propriedade desapareceu, pois ficou como serventia para os outros proprietários e como passagem das águas de regadio.-----

-----Referiu também que entretanto o eng^o Rui Reis e o empreiteiro se desentenderam quanto ao rumo que a obra tinha tomado e que pediu ao eng^o Rui Reis para lhe fazerem um tanque na parte superior da propriedade, onde já tinha uns bidões, para armazenar água destinada à rega, que era o mínimo que lhe podiam fazer para minimizar os estragos que lhe tinham causado.-----

-----Que, mais uma vez o empreiteiro e o eng^o Rui não se entenderam e o tanque não foi feito. A partir dessa data o requerente não voltou a ter contactos com o eng^o Rui Reis pois que este, recusava-se a atendê-lo. Assim, resolveu trazer o assunto à Reunião de Câmara.-----

-----Referiu também que o Senhor Vereador António Cardoso lhe tinha dito para fazer uma exposição escrita à Câmara, para explicar toda a situação, que ele fez através de uma carta que enviou para a Câmara. Que em função dessa carta teve uma ou duas conversas telefónicas com o Senhor Vereador e algumas reuniões marcadas e alteradas e, posteriormente, marcada para o dia 12 de Agosto. Que dessa reunião, o único resultado foi o Senhor Presidente dizer-lhe que, em relação ao tanque, a Câmara punha lá os materiais e o requerente faria o mesmo; como não seria isso o combinado, este disse que não, para fazerem ao contrário, porque o que fica caro é a mão de obra. O Senhor Presidente ter-lhe-á dito que se ele não estava de acordo teria que fazer um inquérito interno.-----

-----A situação arrastou-se até Novembro, altura em que o requerente enviou uma segunda carta, ao Senhor Presidente, onde referia que: a) a proposta por parte da Câmara, da oferta dos materiais para a construção do tanque, estava definitivamente fora de questão; b) sentia-se indignado com tal proposta, considerando a sua atitude de flexibilidade e cooperação, durante os dois últimos anos; c) a sua indignação só não era maior, porque admitia que o responsável pelo acompanhamento das obras não tivesse informado o Executivo de tudo o que estava a passar-se e do compromisso por ele assumido; d) a sua propriedade tinha sofrido alterações com impacto negativo, inclusive no acesso às outras propriedades, sem esquecer os custos abismais necessários à remoção do entulho e construção do tanque; e) no caso dos compromissos não serem assumidos, sentia-se no direito de: 1- enviar cópia da referida carta a todos os proprietários das outras propriedades; 2- vedar os acessos às outras propriedades; 3- remover o entulho e exigir à Câmara o pagamento do valor das árvores de fruto e do sistema de rega que foram destruídos aquando da derrocada do muro.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que “em primeiro lugar, quem decide na Câmara Municipal, é o Presidente e os seus eleitos e, por isso, não poderia haver nenhum compromisso da parte da Câmara, se não tivesse a respectiva validação do Presidente, dos Vereadores ou da Câmara, enquanto Executivo. A primeira vez que tive conhecimento que havia algum problema quanto à situação que acabou de expor, foi quando o Eng^o Manuel Moreira me enviou a sua primeira carta; até aí não havia nenhum histórico, nenhuma informação quanto à existência desse problema.-----

-----Houve posteriormente uma reunião em (12) Agosto e, naquilo que era um gesto de boa vontade, tentámos encontrar uma solução que fosse equilibrada quer para a Câmara quer para o senhor eng^o Manuel Moreira. O senhor eng^o entendeu não aceitar essa sugestão; enviou depois nova carta em que ameaça cortar o abastecimento de água aos proprietários dos outros terrenos. Obviamente, a partir do momento em que há um discurso desse tipo, a Câmara Municipal, que tinha procurado uma solução equilibrada, não pode tolerar de forma nenhuma, esse tipo de ameaça. De qualquer forma, para tentar ultrapassar essa questão, foi agendada uma reunião no local, em que estaria em minha representação o Senhor Chefe de Gabinete e que decorreria por estes dias, ainda esta semana. Depois dessa reunião, espero que possamos encontrar uma solução.-----

-----Foi basicamente isto que se passou; a Câmara Municipal é uma pessoa de bem, mas quem assume as responsabilidades e compromissos é o seu Executivo e não nenhum funcionário”.-----

-----Interveio o Senhor Vereador **Fernando Manuel Carvalho Castanheira**, que saudou todos os presentes e congratulou-se pela inovação, relativamente ao sistema novo de som. “Relativamente à intervenção do munícipe senhor engenheiro Manuel Moreira, nós entendemos a sua posição; não conhecíamos o assunto mas, por aquilo que ouvimos, houve uma invasão da sua propriedade privada, embora os motivos tenham sido de utilidade pública. No entanto, estamos num Estado de Direito que privilegia a propriedade privada e o munícipe tem toda a razão em defender os seus direitos relativamente à sua propriedade. Estamos em crer que é um problema que se pode resolver; a Câmara, pelo que me apercebi, tem demonstrado boa vontade para resolver o problema; como o Senhor Presidente disse e nós concordamos, quem toma decisões na Câmara é o Presidente, os Vereadores ou o Executivo; mas também entendemos que deverá haver uma articulação perfeita entre os funcionários da Câmara e a Direcção da mesma – e, nesse aspecto, os munícipes não têm culpa rigorosamente nenhuma disso não acontecer. Muitas vezes acontece as pessoas ficarem descansadas colocando determinado problema aos funcionários da Câmara, mas é bom que saibam que esses assuntos são resolvidos por quem de direito e não por qualquer funcionário. Também nos apercebemos que, neste momento, estão algo deterioradas as relações entre a Câmara e o munícipe – fazemos votos para que o assunto se resolva a contento de todos, com diálogo, e que este direito de propriedade privada seja tido em conta e o munícipe não saia mal desta situação.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----É natural quem tem um problema, achar que ele se prolonga demasiado no tempo mas às vezes, teremos que ter um pouco de paciência. Em última instância, o munícipe, se entender que não estão acautelados os seus direitos, tem ainda a via judicial".-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **António Gonçalves Cardoso**, para referir que "eu queria corroborar as palavras que foram ditas pelo Senhor Vereador Fernando Castanheira, e realçar ao munícipe a orientação que existe no sentido de tentar resolver os problemas, dentro da ordem, no melhor sentido; referir também que há um problema que foi causado ao munícipe e à própria Câmara, através da atitude de um funcionário, que na altura não colocou o problema como deveria. Se havia uma situação de litígio, essa procura de entendimento devia ter sido colocada de imediato na Câmara, para que as coisas ficassem em devida ordem quer com o empreiteiro, quer com o responsável pela obra. Na conversa que tive com o senhor eng^o Moreira, uma das coisas que este realçou, foi a "fuga" constante do responsável pela obra, à responsabilidade, pois verificou que prometeu algo sem ter dado conhecimento superiormente".-----

-----Em função disto, a situação tem que ser discutida, no sentido de se resolverem os problemas em defesa dos direitos do munícipe e dos direitos da própria Câmara; penso que estamos todos imbuídos no sentido de resolver a questão da melhor maneira".-----

-----Teve a palavra a munícipe **D. Ascensão Barata Alves**, de Arganil, para expor um assunto relacionado com o Campo de Futebol Dr. Eduardo Ralha.-----

-----Referiu a munícipe que, desde que foram feitas obras no Campo de Futebol, as águas da chuva encaminham-se para a sua casa; que o Executivo anterior lhe mandou fazer uma vala na adega, mas que isso não lhe resolveu o problema, pois sempre que chove, as águas entram na mesma. Disse que tem tudo estragado na cozinha e na adega e que o inquilino que tem no restaurante, se tem queixado várias vezes, com a agravante de que está a pagar renda sobre um espaço que está constantemente inundado. Refere também que é a terceira vez que reclama sobre este assunto.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente**, referindo que "o assunto nunca nos tinha sido comunicado, é a primeira vez que temos conhecimento do mesmo. Brevemente iremos analisar a questão; o senhor Chefe de Gabinete e o senhor eng^o Ricardo Dias irão lá para ver o que podemos fazer para resolver o problema".-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Tomou a palavra o Senhor **Presidente**, para referir-se "àquilo que é uma obra que consideramos da maior importância para o concelho, que é a Ligação Formarigo – Penedos Altos – Piódão. Como sabem, foi desenvolvido em tempos um concurso público para a





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

beneficiação desta estrada, numa extensão de cerca de 13 km. Entretanto, a empresa que estava a executar a obra faliu e abandonou a mesma, sendo necessário um procedimento administrativo moroso, nomeadamente a posse administrativa, que levou a que fosse necessário lançar um novo procedimento. Esse procedimento está na sua fase final – falta apenas elaborar o relatório final para adjudicar a obra; brevemente iniciar-se-ão as obras de beneficiação desta estrada que, como já referi, é uma obra muito importante do ponto de vista da acessibilidade àquela zona do concelho, bem como em termos de estratégia de desenvolvimento turístico, potenciando melhores acessos à aldeia histórica do Piódão.-----

-----Quero referir também, e não será mais que um lamento, que, relativamente a estas intervenções que estão incluídas no Contrato – Programa celebrado com o Governo, nomeadamente com a Direcção Geral das Autarquias Locais, não foi ainda possível a recepção de qualquer tipo de verba, havendo um atraso muito significativo no pagamento à Câmara Municipal de Arganil, por parte do Estado, para fazer face a estas intervenções, que consideramos da maior relevância. Era desejável que o Governo rapidamente cumprisse com os seus compromissos, uma vez que foi um Contrato – Programa que foi assinado com a Direcção Geral das Autarquias Locais e que teve a homologação do senhor Secretário de Estado da Administração Local”.-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador **Fernando Castanheira**, referindo que “na sequência de uma troca de impressões que tivemos há tempo, nomeadamente com o Senhor Vice – Presidente, em que ele referiu a possibilidade que a Câmara admitiu de colocarem contentores dos grandes, maiores, lembrei-me de trazer este assunto à Reunião de Câmara. Tenho aqui um folheto exemplificativo, que vi no município onde habito e achei engraçado; ao que parece, são mais funcionais, mais higiénicos, ecológicos, integram-se bem na paisagem e são resistentes. É mais uma achega à ideia que nós já aflorámos – é evidente que devem ser mais caros; e aí também reconheço que é preciso ter um pouco de cuidado; de qualquer forma, deixo o folheto, que servirá de lembrete para a possibilidade de, pelo menos, se pensar a hipótese de Arganil, Côja, Pombeiro da Beira e S. Martinho da Cortiça, serem apetrechadas com este tipo de contentores. Deixo isto à consideração do Executivo.-----

-----Um outro assunto relaciona-se com um pedido que foi feito aqui há uns tempos - eu até tenho falado particularmente com o Senhor Presidente sobre isso – sobre a documentação que tem a ver com a situação social do concelho, que ainda não foi possível reunir. Volto a insistir na necessidade que nós vemos da entrega de documentação vária da Acção Social e que tenha a ver com a situação actual do concelho a esse nível. Naturalmente que não queremos dar uma imagem de pobreza do concelho, até porque há concelhos que, no contexto actual de recessão, em que todos vivemos a nível nacional e mundial, estarão bem piores que o nosso, uma vez que temos o recurso à agricultura de subsistência e alguns empregos, ainda que reconheçamos que os vencimentos auferidos pelos trabalhadores a nível do concelho, são muito baixos. As pessoas recorrem à agricultura e não notam que seja muito penoso, porque o é, deixarem o emprego à tarde e terem que ir trabalhar a terra na agricultura. Gostaríamos de ter indicação dos serviços especializados da Câmara, da situação actual a nível social, até porque poderá haver um





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

abaixamento da qualidade de vida; não sei até que ponto isso é verdade mas, sem fazermos uma análise, não podemos concluir nada. Acho que estamos na altura certa de tentar saber o pulsar das populações, a nível da sua qualidade de vida; se se tem mantido, se tem baixado, saber como é que as pessoas estão. Isso é uma das grandes obrigações da nossa Câmara Municipal. Agradeço que, logo que possível, essa documentação seja entregue à Oposição, para nos podermos debruçar sobre a actual situação do concelho.----

-----Um terceiro assunto, muito rápido: não sei se o Senhor Presidente trouxe a documentação de que falámos na última reunião, que tem a ver com a fossa na Esculca? Poderá, se assim o entender, dar-ma depois da reunião para, pelo menos, eu poder dar uma resposta à senhora que levantou o problema e a quem nem eu nem a Câmara demos ainda qualquer resposta. Solicitava a resposta última da Câmara, eventualmente com base em documentos que existam sobre essa situação, da fossa na propriedade da senhora, na Esculca”.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Vice – Presidente**, que saudou os presentes e referiu que “relativamente ao assunto que o Senhor Vereador Fernando Castanheira colocou, de facto, nós tínhamos pensado nesta solução, mas deparámo-nos com alguns problemas: em primeiro lugar, os custos, pois é necessário ter um veículo adaptado, com grua, que é oneroso; em segundo lugar, uma solução que seria mais cómoda, embora não com tanta capacidade, seria adaptar um equipamento ao carro normal. Esta seria a solução mais exequível mas, em vez destes contentores específicos, de maior capacidade, envolve o género de contentor normal que é levantado numa prancha e carregado normalmente; além disto, é ainda necessário fazer fundações, o que torna o custo inicial elevado; se calhar, a longo prazo, torna-se benéfico. Não podemos ainda esquecer outra questão: como muito bem disse o Senhor Vereador, só poderia ser feito em Arganil, Côja, e outros meios mais urbanos, porquanto obriga à concentração e à deslocação das pessoas; nós temos tido um bocado de resistência – compreensível – por parte da população, no que diz respeito à recolha selectiva. Dizem-nos que há poucas ilhas, poucos Ecopontos, embora eles estejam de acordo com o que habitualmente é estabelecido para estas questões. Teremos que fazer uma análise quanto à adaptação do veículo que possuímos, porque não temos, para já, nem escala nem dimensão para comprar um veículo novo para o efeito; a não ser que a ERSUC fosse um pouco mais além em termos de recolha, pois eles têm um carro para este efeito, porque estas ilhas já funcionam com este sistema que o Senhor Vereador referiu”.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente**, respondendo ao Senhor Vereador Fernando Castanheira, e referindo que “relativamente à documentação da fossa da Esculca, enviar-lha-ei.-----

-----Quanto ao pedido que fez relativamente aos dados sociais, nós tivemos um conjunto de dados que não permitia uma análise rápida e eficiente daquilo que se pretendia e fizemos novamente o pedido aos serviços; peço às duas responsáveis por este estudo para nos darem nota de como está a decorrer essa recolha de dados para termos uma previsão de quando os mesmos estarão disponíveis”.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Teve a palavra a **Drª Maria do Carmo Jorge**, Técnica Superior de Sociologia, que referiu que “como todos sabem, a pobreza é um factor muito complexo; nós estamos a fazer um levantamento de todos os indicadores a nível transversal – a nível do desemprego, a nível de rendimentos familiares e também a nível das famílias que estão inseridas nas políticas activas sociais. Temos já alguns dados tratados e estamos a aguardar alguns indicadores que foram solicitados a alguns organismos públicos. Não estamos a fazer um tratamento por questionário, como foi feito nos orçamentos familiares, em termos do INE, estudo feito para a Comunidade Europeia, que demoraram cerca de dois anos a concluir; estamos a fazer um estudo local e a tentar comparar com os indicadores regionais e nacionais que existem. Há dados nacionais que estão tratados e que não existem a nível local e que têm que ser todos levantados – estamos a tentar proceder a esse levantamento; o estudo ainda não está concluído porque faltam alguns elementos e dados comparativos. Neste momento podemos dizer que sabemos quantas famílias estão em rendimento social de inserção; quantas estão inseridas na maior parte dos projectos a nível local; temos esse estudo todo feito. Falta-nos saber a nível dos rendimentos das famílias que estão inseridas no mercado de emprego – temos os dados do GEP, mas só até 2006; ainda não os temos actualizados para os anos de 2007 e 2008. Estes últimos, só estarão disponíveis, segundo o GEP, em Abril deste ano; estão a ser elaborados. Temos também o estudo de todas as pessoas por conta d’outrem e os graus de rendimentos auferidos, bem como os escalões, a nível de todo o concelho, até 2006 também.-----

-----Posso também dizer que a franja populacional que recebe rendimento social de reinserção, que é a franja mais pobre, são cerca de 4% da população.-----

-----Temos também dados tratados a nível do desemprego, número de desempregados, por freguesia e a nível concelhio; só não estão ainda tiradas as conclusões relativamente ao estudo – estão a ser tratados esses elementos”.-----

-----Teve a palavra a **Drª Anabela Fernandes Dias**, Técnica Superior de Serviço Social, que explicou que “os dados a tratar, disponíveis, podemos tê-los terminados em finais deste mês. Quanto ao estudo completo desejado, vamos conseguindo no tempo; a meta é esta conjugação de factores: comparação entre 2005/2008, versus comparação padrão local – regional – nacional. Em finais de Fevereiro, o estudo não estará disponível a 100%, porque não nos são disponibilizados os dados; mas, os que temos, podemos disponibilizá-los no final de Fevereiro.-----

-----Não será o estudo que queremos, será mais um passo, e estamos sempre na recolha constante de dados, à medida que vão sendo disponibilizados”.-----

-----Usou novamente da palavra o Senhor Vereador **Fernando Castanheira**, que agradeceu as indicações e referiu que “vamos aguardar até ao final do mês para vermos os documentos que, nessa altura, poderão disponibilizar-nos e que nos dêem uma ideia do que se passa a nível concelhio, nesta vertente social. Registei que, como disse a Drª Maria do Carmo, cerca de 4% da população é que recorre ao rendimento social de reinserção – o





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

antigo rendimento mínimo garantido. Ocorre-me perguntar se estas pessoas, que recorrem a este tipo de subsídio, estão a ser objecto de acções de formação, porque a ideia que tenho é que este subsídio é mais a cana que se dá ao pescador, do que o próprio peixe; até porque faz parte do próprio subsídio, as pessoas submeterem-se às acções de formação, para não perderem o direito ao mesmo.-----

-----Aproveito para perguntar – são pessoas que andam no terreno, que conhecem a realidade social do nosso concelho – da vossa sensibilidade a estas alterações que tem havido a nível mundial, nacional e também regional, relativamente às oscilações que há sempre, e que se reflectem desde logo, nas pessoas de escalões mais pobres. É visível já alguma diferença entre o nível de vida que as pessoas tinham há cerca de 2, 3 anos, por exemplo, e o nível de vida actual? Há sinais exteriores que nos possam levar a pensar se a situação das pessoas está melhor, igual ou pior? Qual é a vossa sensibilidade para a questão social, relativamente ao nível de bem-estar das pessoas do nosso concelho?”-----

-----Teve novamente a palavra a **Drª Maria do Carmo Jorge**, para esclarecer que “relativamente às pessoas que nos procuram, ainda não há um acréscimo do número de pessoas; pensamos que daqui por algum tempo possam existir sintomas de que vá haver um número crescente, porque é preciso ver que as pessoas têm necessidades, mas é um pouco uma pobreza envergonhada; as pessoas só nos procuram, muitas vezes, quando a situação já está bastante complicada.-----

-----De momento, ainda não temos nenhum acréscimo relativamente ao número de processos anterior. Parece-nos que, geralmente, são sempre os mesmos a recorrer a este tipo de apoios. Iremos aferir se há um número acrescido relativamente ao ano passado, mas parece-me que ainda não é sintomático”.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente**, para dizer que “a taxa de desemprego no concelho de Arganil é cerca de metade da média nacional; acho que é um número significativo do ponto de vista da diferenciação entre aquilo que é a situação nacional e a situação local”.-----

ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**Capítulo Primeiro – Aprovação de Acta;**-----

-----**Capítulo Segundo – Diversos;**-----

-----**Capítulo Terceiro – Expediente;**-----

-----**Capítulo Quarto – Requerimentos Diversos;**-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Capítulo Quinto – Empreitadas.-----

Capítulo Primeiro

Aprovação de Acta

-----**PRIMEIRO:** Discussão e aprovação da **Acta nº 03**, correspondente à reunião ordinária, realizada no dia **3 de Fevereiro de 2009**.-----

-----Lida que foi em voz alta, analisado o seu conteúdo e produzidos os esclarecimentos necessários, deliberou-se, por maioria, aprovar a **Acta nº 3**, correspondente à reunião ordinária, realizada no dia **3 de Fevereiro de 2009**, com a abstenção do Senhor Vice-Presidente, Dr. Avelino de Jesus da Silva Pedroso.-----

Capítulo Segundo

Diversos

-----**PRIMEIRO:** Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública - **Proposta do Regulamento do Conselho Coordenador da Avaliação**.-----

-----Presente o citado Regulamento para apreciação, que se dá por reproduzido para todos os efeitos legais e se anexa cópia à acta.-----

-----Analisado que foi o Regulamento, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores Dr. Fernando Manuel Carvalho Castanheira e Eng^a Fernanda Adelaide dos Santos Silva, aprová-lo.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**SEGUNDO: Proposta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Arganil e o INE (Instituto Nacional de Estatística)**, com vista à construção e actualização de uma infra-estrutura geográfica de suporte à realização de operações estatísticas de recolhas de dados no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, designadamente as operações de natureza censitária, bem como a implementação e manutenção de um sistema de geo-referenciação.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Foi presente um exemplar do Protocolo mencionado em epígrafe, que se dá por transcrito para todos os efeitos e se anexa cópia à acta.

-----Teve a palavra o Senhor Vereador **Fernando Manuel Carvalho Castanheira**, para "pedir a alguém que esteja por dentro do assunto que faça uma exposição oral breve, para complementar com a leitura dos documentos entregues; uma resenha do assunto".--

-----Foi chamada a intervir a **Dr^a Eduarda Figueiredo**, Técnica Superior, que explicou que "o INE está a começar a preparar os Censos de 2011 e pede a colaboração da Câmara Municipal de Arganil, nomeadamente a nível de informação sobre toponímia e expansão urbana, localização de todos os edifícios novos desde 2005, informação em suporte digital, informação estatística relativa a Censos anteriores, agendamento de reuniões, etc.-----

-----É uma colaboração com contrapartidas pois, no final, enviam-nos os Censos; daqui por cerca de dois anos, teremos dados novos relativos à população. É um estudo importante não só a nível do urbanismo, mas também para a Acção Social e outras áreas".-----

-----A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Protocolo a celebrar entre o Município e o INE (Instituto Nacional de Estatística), e conferiu poderes ao Senhor Presidente para, em nome da Autarquia, proceder à outorga do referido documento.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**TERCEIRO: Atribuição de subsídio aos Agrupamentos de Escuteiros de Arganil e Côja.**-----

-----Analisado que foi o pedido, deliberou-se, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de 1000,00€, cada, nos termos da al. b), do nº 4 do artº 64, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações.-----

-----Dê-se conhecimento de tal liberalidade à Secção Financeira, com vista à ulterior operacionalização da deliberação- -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo Terceiro

Expediente

-----**PRIMEIRO: Da Junta de Freguesia de Cepos**, ofício a solicitar apoio financeiro para ajudar a custear as despesas inerentes da aquisição de uma viatura destinada à recolha do lixo.-----

-----Analisado que foi o pedido, deliberou-se, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de 5.000,00€, nos termos da al. b), do nº 6 do artº 64, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações. À Secção Financeira para ulterior operacionalização.--

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**SEGUNDO: Do Grupo - Sócio Cultural, Recreativo e Desportivo Mais Além**, com sede em Côja, ofício a solicitar apoio financeiro para compartilhar as despesas inerentes à realização dos Festejos Carnavalescos, em Côja.-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Fernando Castanheira**, para referir que "eu recorde-me que já no ano passado, bem como no ano anterior, foi atribuído um subsídio de 10.000,00€ pela Câmara. Nós sabemos que o aumento do custo de vida é uma realidade todos os anos; não sei se a Câmara terá possibilidades de este ano aumentar o "bolo"? Até para incentivar um evento que, de certa forma, será único no concelho. Eu apelava à boa vontade da Câmara para ver da possibilidade de se aumentar este valor; naturalmente, desde que não compromettesse os serviços financeiros da Câmara. Tendo em conta que isto é o Carnaval do concelho, independentemente de ser em Côja, Arganil etc, parece-me razoável, pelo menos, esta solicitação da minha parte; fica à Vossa apreciação".-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente**, referindo que "eu compreendo que, particularmente este ano, seja popular propor aumentos de verbas e subsídios para as Associações. Há pouco votámos um apoio aos Escuteiros de Arganil e aos Escuteiros de Côja e também propusemos o mesmo valor do ano anterior; temos até, face a este período de crise, procurado manter o mesmo nível de apoio ao Associativismo, não sendo possível, até aqui, fazer um aumento progressivo como seria nosso desejo e como certamente as Associações mereceriam. Tem que existir aqui um critério de equidade e de tratamento igual a todas as Associações do concelho. Daí que, apesar de considerar justa essa pretensão, vejo-me forçado a manter o mesmo valor de 2008, ou seja 10.000,00€".--





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Usou novamente da palavra o Senhor Vereador **Fernando Castanheira**, dizendo que "a justiça tem a ver com tratar de uma forma desigual, o que naturalmente não é igual; no que diz respeito a esta instituição Cojense, com o devido respeito que tenho por todas as outras, tem a ver com uma particularidade do nosso concelho e não será identificável com o que se passa por exemplo nos Escuteiros; isto são eventos que todos os anos são feitos e todos os anos estão dependentes da lei da oferta e da procura do mercado; e este, cada vez é mais caro, no que diz respeito às necessidades desse mesmo evento. Era nesse sentido que tinha feito este apelo ao Executivo.-----

-----Relativamente ao ano ser propício a propor aumentos de verbas, isto não tem nada a ver com a época eleitoral que se avizinha até porque, se raciocinássemos nesses termos, quem sairia beneficiado era este Executivo actual da Câmara e não nós".-----

-----Analisado que foi o pedido, deliberou-se, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de 10.000,00€, nos termos da al. a), do nº 4 do artº 64, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações.-----

-----Dê-se conhecimento de tal liberalidade à Secção Financeira, com vista à ulterior operacionalização da deliberação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

Capítulo Quarto

Requerimentos Diversos

-----**PRIMEIRO:** De **Rui Sanches Ferreira**, residente na localidade e Freguesia de Pombeiro da Beiro, a requerer que seja certificado que o prédio rústico sito ao Olival do Conde, freguesia de Pombeiro da Beira, inscrito na respectiva matriz predial sob o artº 4903, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº 38778, com a área de 3270m², foi atravessado por um arruamento público, dividindo-o em duas parcelas.-----

----- Foi presente a informação datada de 26 de Janeiro de 2009, elaborada pelo Fiscal Municipal, Paulo Martins, cujo teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais:--

----- *Da visita ao local, verificou-se que o prédio propriedade do requerente, descrito no requerimento anexo, e na Conservatória do Registo Predial de Arganil, sob o nº m38.778, inscrito na Matriz Predial Rústica do Concelho de Arganil sob o artigo nº 4903, da freguesia de Pombeiro da Beira, sito ao "Olival do Conde", foi atravessado por um caminho público, e conseqüentemente dividido em duas parcelas independentes, tendo*





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

sido integrada na via pública a área de 79,50m quadrados, conforme as plantas à escala 1/500 e 1/200 apresentadas.

----- À consideração superior. "-----

----- **Despacho da Técnica Superior Urbanista, Eduarda Figueiredo, datado de 04.02.2009;** "Dada a informação do Fiscal Municipal, propõe-se a V. Exa. o envio da mesma à Reunião de Câmara para o seu deferimento. ."-----

----- **Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng^o Ricardo Pereira Alves, datado de 05.02.2009;** "À Reunião de Câmara."-----

----- A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, certificar que o prédio, acima mencionado, foi atravessado por dois caminhos, dividindo-o em duas parcelas independentes com a seguinte composição:-----

----- **Parcela (A)** – Área de 552,50 m², com as seguintes confrontações:-----

-----Norte: Rui Sanches Ferreira,-----

-----Sul: Arruamento;-----

-----Nascente: Rui Sanches Ferreira;-----

-----Poente: Guilherme Brás Escaroupa.-----

----- **Parcela (B)** – Área de 2.638 m², com as seguintes confrontações:-----

-----Norte: Arruamento;-----

-----Sul: Barroco;-----

-----Nascente: Alberto Duarte Gonçalves;-----

-----Poente: Guilherme Brás Escaroupa.-----

----- **Área Cedida – 79,50 m².**-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

-----**SEGUNDO:** De **Carlos Manuel Pereira da Silva Morgado**, Arganil, a requerer o prolongamento do horário de funcionamento do seu estabelecimento, denominado "Nova Vaga" sito na Av. Das Forças Armadas, Arganil, até às 04.00 h, para os dias 20, 21 e 23 de Fevereiro de 2009.-----

-----Analisado que foi o pedido e considerando o carácter pontual, bem como o disposto no nº1, do artº 12º do Regulamento de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, da Câmara Municipal, deliberou-se, por unanimidade, autorizar o prolongamento do horário nos termos requeridos.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

Ihe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

Capítulo Quinto

Empreitadas

-----**PRIMEIRO: Requalificação de espaços exteriores e redes viárias no Piódão – Arganil.** Aprovação do Auto de medição nº 4.-----

-----Foi presente a informação da Eng^a Técnica Civil Carla Neves, nº 47, datada de 04 de Janeiro de 2009, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

----- 1) A obra supracitada, foi adjudicada por despacho do Sr. Presidente da Câmara municipal de 08/08/2008, ratificado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 19/08/2008 à empresa “**Gabimarão Construções, S.A**”, pelo valor da sua proposta de 1.016.000,00€ (um milhão e dezasseis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- 2) Para os devidos efeitos, foi solicitada a caução no valor de 50.800,00€ (cinquenta mil e oitocentos euros), a que corresponde 5% do valor de adjudicação. -----

----- 3) Foi apresentada pelo empreiteiro a Garantia bancária nº414579.90.029, emitida pela Caja de Ahorros de Galicia, no valor de 50.800,00€, a que corresponde 5% do valor de adjudicação, para garantia do contrato. -----

----- 4) Solicita-se à Câmara Municipal a aprovação do Auto de Medição nº4 de 31/01/2009. -----

- Auto de Medição Nº4 - Trabalhos Contratuais de 31/01/2009, referente à empreitada “Requalificação de espaços exteriores e redes viárias no Piódão - Arganil“, no valor de 33.563,77+ Iva 5% = 35.241,96 €

Mapa Financeiro da Obra:





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

Auto nº	1	2	3	3	Totais
Data	31-10-2008	30-11-2008	22-12-2008	31-01-2009	
Factura nº					
data					
valor	40.424,17	72.791,26	133.056,10	33.563,77	279.835,30
IVA	2.021,21	3.639,56	6.652,81	1.678,19	12.313,58
total	42.445,38	76.430,82	139.708,91	35.241,96	292.148,88
Trabalhos a mais					
Auto nº	1	2	3	3	Totais
Factura nº					
data					
valor					0,00
IVA					0,00
total	0,00				0,00

----- À Consideração Superior, -----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng^o Ricardo Pereira Alves, datado de 05.02.2009; À Reunião de Câmara.**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores Sr. Dr. Fernando Manuel Carvalho Castanheira e Sr^a Eng^a Fernanda Adelaide dos Santos Silva, aprovar o referido Auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 33.563,77€ (trinta e três mil quinhentos e sessenta e três euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----

ENCERRAMENTO

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram doze horas e quinze minutos, para constar se lavrou a presente acta, que eu Odete Maria Paiva Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

